

29 SET 1983

Consenso para um programa de salvação

Humberto Quadros

Jamais, na história do nosso País após a Segunda Guerra Mundial, a situação econômica condicionou tanto o desenvolvimento do quadro político interno. Estamos mergulhados em dois debates nacionais que parecem separados, autônomos, independentes: a gravíssima crise econômica e social, de um lado, e a sucessão presidencial, de outro. Entretanto, os dois fenômenos acham-se visceralmente interligados e o destino que um tiver influenciará decisivamente o desfecho do outro.

Somente um cego — e há alguns por conveniência — não se apercebe de que é cada vez mais generalizada a convicção em todas as camadas sociais de que o acordo com o Fundo Monetário Internacional é um instrumento altamente lesivo aos verdadeiros e superiores interesses do País. Não que devêssemos abdicar de nosso direito de buscar no FMI recursos que ajudassem a encaminhar uma fórmula de equilíbrio da precária posição cambial brasileira. O que é absolutamente inaceitável são os termos em que tal assistência está sendo solicitada, não só do ponto-de-vista do arrocho interno sobre a economia e os assalariados como — e isto de modo imprudente e quase insensato — no que se refere à própria alienação da soberania nacional.

Assim, a aplicação de um programa de salvação nacional no plano da economia — e é disto mesmo que carecemos com a máxima urgência — vai depender de uma plataforma consensual a ser elaborada à luz de negociações que o Governo (este ou outro) venha a fazer com os diversos segmentos da sociedade para repartição equitativa dos ônus que cada um terá de absorver durante essa penosa travessia.

Esses entendimentos terão fatal repercução sobre o problema sucessório presidencial. Na verdade, seja quem for o próximo ocupante do Palácio do Planalto, terá ele de estar afinado com essa plataforma de salvação da economia. Do contrário, rigorosamente, não conseguirá governar um País rebelado contra os acordos internacionais. Ninguém em sã consciência imaginará possível convencer-se a nação inteira de que o único remédio para a queda da inflação é a brutal recessão que já nos sufoca, com seu pavoroso rosário de sofrimentos que se abatem sobre amplos setores do povo brasileiro.

Por isso, é de extrema importância definir-se a estratégia de salvação da economia em bases aceitáveis pelo País. E isto somente será viável pelo caminho da retomada da atividade produtiva, à base de uma criteriosa e profunda revisão das prioridades de investimento. Deveremos deixar de lado os projetos faraônicos e concentrar os recursos disponíveis na agricultura, antes de tudo, e nas indústrias substitutivas de importações. Para tanto, os saldos cambiais resultantes do incremento das exportações não podem ser desviados para pagamento de juros aos bancos credores, que já nos sugaram montanhas de dólares através de taxas escorchantes e desastradamente negociadas pelos que assinaram empréstimos em nome do Brasil. Eles deverão ser aplicados é dentro do País, em projetos que nos ajudem a elevar a produção, reabsorver os milhões de desempregados, abrir novas fronteiras na agricultura e, assim, melhorar o baixo nível de vida do povo, sem prejuízo da formação de excedentes exportáveis.

Para um programa desse porte poder ser implementado deveremos ter um Presidente solidamente respaldado no apoio da sociedade brasileira. Ele terá de falar grosso para os Governos das principais potências econômicas sobre a absoluta e inegociável precedência que os interesses permanentes do Brasil têm sobre o interesse dos banqueiros internacionais. E aí é que a economia condiciona diretamente a saída política para o problema da sucessão presidencial.

Quem for capaz de articular a mais ampla base consensual em torno de um programa de salvação econômica e social do País será, por certo, o mais credenciado para substituir o presidente Figueiredo.